



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



TERMO DE REFERÊNCIA Nº04/2024

1. OBJETO

1.1 O objeto do presente procedimento é o registro de preço para contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível de forma parcelada (Diesel S10).

1.2 O registro de preço para contratação será conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Objeto	Valor estimado unitário (R\$)	Valor estimado total (R\$)
01	2.200	Diesel S10		

1.3 Conforme disposto no art. 6º, XIII, da Lei n. 14.133/2021, o bem objeto do presente Termo de Referência classifica-se como bem comum por apresentar padrão de desempenho e qualidade que pode ser objetivamente definido pelo edital e anexos, por meio de especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A adequada operacionalização de diversos serviços públicos realizados pela Câmara Municipal depende diretamente da disponibilidade contínua de combustível para os veículos. O fornecimento de combustíveis aos veículos viabiliza e agiliza o deslocamento de nossos servidores, equipamentos em situações rotineiras e emergencial dentro das diversas áreas do nosso órgão.

A Câmara municipal de Pitanga possui dois veículos, sendo um deles um Fiat Toro Freedom, que utiliza como combustível o Diesel S-10, respeitando a orientação do fabricante.

Havendo necessidade de abastecimento frequente deste veículo que é utilizado para a locomoção dos vereadores e servidores na realização de serviços da Câmara, a direção, por meio de DFD nº41/2024, solicitou o encaminhamento de procedimento para aquisição do combustível pelo período de 12 meses. A quantidade estimada para a realização do procedimento licitatório é de 2.200 (dois mil e duzentos) litros de Diesel S-10, conforme relatórios contábeis que apresentaram a média de consumo do veículo nos últimos três anos. Estas informações estão no Estudo Técnico Preliminar - ETP realizado.

O outro veículo oficial da frota do Poder Legislativo é o Toyota Corolla Cross, que tem ata vigente apenas para o abastecimento de gasolina e etanol. Desta forma, existe a necessidade de novo procedimento licitatório para contratação de empresa para fornecimento de combustível, diesel S10, o qual será utilizado no veículo para que seja dada continuidade nos trabalhos do Poder Legislativo.

3. DA EXECUÇÃO

3.1 O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades do requerente logo após a assinatura da Ata de registro de Preços.

3.2. A Contratada se obrigará a realizar o abastecimento com o combustível em quantidades solicitadas em sua sede, após a requisição emitida por servidor público designado.

3.3. O fornecimento do combustível deverá ocorrer em estabelecimento localizado num raio de até 15 km da sede da Câmara Municipal de Pitanga – PR.

4. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

4.1. O prestador de serviços será selecionado por meio do critério de menor preço.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 O contratado deverá atender aos requisitos de habilitação e qualificação técnica estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/21.

5.2 Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Termo de Referência nº 04/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

- 5.3 Garantia do Serviço: O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.4 Garantia da Contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, após o aceite da nota fiscal, que deverá ser emitida após a entrega dos produtos nas condições deste termo de referência.
- 6.1.1 Na nota fiscal do produto deverá conter o código e descrição para cada tipo de combustível conforme tabela da ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- 6.2: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.3 Quando da emissão da nota fiscal/fatura (ou documento equivalente), o fornecedor deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal vigente.
- 6.4. Em cumprimento ao Decreto Municipal nº 141, de 17 de julho de 2023, o fornecedor sujeito à retenção do Imposto de Renda, deverá informar no documento fiscal os percentuais relativos à retenção conforme o Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 6.4.1 O fornecedor amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda, deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de sujeitar-se à retenção do Imposto de Renda sobre o valor e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 6.5. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 6.6. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, o pagamento poderá ficar retido até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
- 6.7. Nenhuma reivindicação por parte da proponente para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação.
- 6.8 Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços.
- 6.9 A Câmara Municipal de Pitanga poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

7. ESTIMATIVA DO CUSTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 O valor estimado para a contratação será determinado após a realização das pesquisas de preço.
- 7.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recurso específico consignado no orçamento da Câmara Municipal de Pitanga a ser informado pelo setor contábil.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Entregar o objeto de acordo com o termo de referência.
- 8.2 Manter durante toda a vigência do contrato condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.
- 8.3 Responder perante a contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na execução do Contrato.
- 8.4 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados,



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



11. REVISÃO

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Termo de Referência elaborado por Margaret Martins de Oliveira.

Pitanga, 30 de agosto de 2024

Adriana T. Lorenzetti Merigo
Diretora geral. Portaria 9/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br

bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

8.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.6 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

8.7 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Fornecer todos os dados e especificações necessárias à completa e correta execução do objeto.

9.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

9.3 Efetuar o pagamento devido à Contratada, na forma estabelecida neste Termo, após a emissão e aceitação da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente.

9.4 Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a Contratada possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência.

9.5 Notificar, por escrito, a Contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do objeto para que possa ser corrigido.

9.6 Convocar a qualquer momento o contratado para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas decorrentes da prestação do objeto.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A prestação do objeto será acompanhada pelo fiscal e/ou gestor de contrato nomeados, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, sendo os referidos serviços/objeto aceitos e pagos quando verificado que a execução foi realizada de forma integral e com boa qualidade.

10.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

10.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Câmara a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

10.10 Fica reservado à Câmara Municipal o direito de não aceitar o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes neste termo, podendo aplicar as sanções previstas ou rescindir a contratação.